



AOFA



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

COMUNICADO
(2012ABR24)

**UMA EXIGÊNCIA DEMOCRÁTICA:
O RESPEITO PELA CONSTITUIÇÃO 38 ANOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL**

1. Há 38 anos, o Movimento das Forças Armadas (MFA) pôs fim a um regime, que durante quase cinco décadas oprimiu os portugueses, condicionou o seu desenvolvimento e impediu a afirmação do País no Mundo.
2. Na hora de arrancar para a missão de que fora incumbido, o saudoso Salgueiro Maia, oficial/exemplo de modéstia e integridade, convocou os seus homens desta forma:
“Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado: os sociais, os corporativos e o estado a que chegámos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegámos”.
3. “Democratizar, Descolonizar, Desenvolver”, foram os objectivos propostos pelo MFA aos seus concidadãos.
4. MFA que cumpriu todos os compromissos que assumiu, entregando o poder ao Governo Constitucional, resultante de eleições livres, amplamente participadas.
5. O País está obviamente diferente, para melhor, do que era em 25 de Abril de 1974.
6. No entanto, deixando para os especialistas a análise da razão de ser da degradação do modelo económico que foi perfilhado, vem-se verificando, desde há alguns anos, uma clara regressão na qualidade de vida dos portugueses, que se vêem hoje confrontados com um desemprego galopante e com duríssimas medidas de austeridade, que colocam milhares deles, incluindo muitos militares, numa situação desesperada, impedidos de sustentar as suas famílias e de honrarem os seus compromissos.
7. Ao desespero junta-se um crescente sentimento de injustiça, quando, o empobrecimento de largos sectores da população converge, no tempo e no espaço, como vem sendo noticiado, com a riqueza súbita de alguns, vários casos que indiciam corrupção e a concessão de benefícios dificilmente compreendidos por uma opinião pública cada vez mais atenta. Tudo isto colocando em causa a coesão social, é para nós, oficiais, uma situação que consideramos muito delicada, não só pela solidariedade que merecem todos os nossos concidadãos, militares ou não, como também devido às exigências decorrentes do texto constitucional e do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.
8. Para impor as suas soluções, o Governo afirma que o País vive em emergência, sem, no entanto, assumir esse estado e as consequências políticas dele resultantes, e vai legislando ou procedendo de uma forma que coloca muitas dúvidas sobre o cumprimento dos normativos constitucionais.

9. Como se isso não bastasse, uma Ministra, depois de dizer que o País se encontra em “bancarrota”, afirmou que seria uma “catástrofe” se o Tribunal Constitucional considerasse inconstitucionais a redução das remunerações dos militares e funcionários públicos e os cortes nos subsídios de férias e de Natal (do mesmo universo e dos reformados e pensionistas), parecendo estar a querer condicionar aquele Tribunal.
10. Simultaneamente com este quadro, vem decorrendo o processo de nomeação de três juízes para o Tribunal Constitucional de uma forma que tem merecido fortes críticas de um amplo leque de analistas.
11. Para muitos, o Governo pretende que o Tribunal Constitucional feche os olhos a algumas das suas decisões.
12. Nós, oficiais das Forças Armadas, para quem a Constituição da República Portuguesa constitui referência primeira no Juramento de Honra prestado perante a Bandeira Nacional e porque acreditamos nos valores da Democracia, esperamos que tal não aconteça.
13. Isto porque não desejaríamos que, 38 anos depois do 25 de Abril, tivéssemos que perguntar: *quem defende os cidadãos deste nosso Portugal?*

O Presidente

Manuel Martins Pereira Cracel
Coronel TPAA